

Despacho

N.º 05/XIII/VPSS/2022

SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA
DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO TERRITORIAL
ENG.ª SANDRA MARISA NUNES DA COSTA

Pelo presente despacho, eu, Sara Daniela Rodrigues e Silva, Vereadora da Câmara Municipal da Moita, no âmbito das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 99/XIII/PCM/2022, de 07 de junho de 2022, proferido pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara e dos Pelouros que me foram distribuídos pelo Despacho 88/XIII/PCM/2022, também este preferido pelo Ex.mo Senhor Presidente da Câmara em 26 de maio de 2022, nos termos e para os efeitos previstos em matéria de subdelegação de competências constantes do artigo 38.º, n.ºs 1, 2 e 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (LALEIA), e dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), SUBDELEGO na Sra. Eng.ª Sandra Marisa Nunes da Costa, enquanto Diretora do Departamento de Gestão e Valorização Territorial (DGVTT), as competências abaixo enunciadas, a exercer no âmbito da mesma unidade orgânica, em particular na Divisão de Resíduos e Ambiente Urbano:

- a) Visar faturas ou outros documentos que devam ser presentes para pagamento;
- b) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 5.000 (euros), a que acresce IVA à taxa legal;
- c) Fazer requisições internas de bens e serviços para a execução de trabalhos precedentemente autorizados, para manutenção corrente do espaço físico e equipamentos afetos à unidade orgânica e ao funcionamento desta;
- d) Assinar a correspondência necessária à instrução e tramitação de todos os processos da competência do departamento, bem como, a correspondência de mero expediente que respeite a atividade e atribuições deste departamento, com a exceção da que seja dirigida

- a órgãos de soberania, membros do governo e entidades representativas daqueles, e daquela correspondência que pela sua natureza ou conteúdo não possa ser considerada de mero expediente;
- e) Assinar documentos de mero expediente, entendendo-se designadamente como tal aqueles em que se prestem as informações a que alude o artigo 82.º do CPA;
 - f) Exarar os despachos a que se reporta o artigo 85.º, n.º 2, do CPA;
 - g) Prover aos averbamentos que se tornem exigíveis por mera participação dos interessados, verificada a legitimidade destes;
 - h) Promover a liquidação de taxas nos termos legais e regulamentares atinentes e, precedendo despacho homologatório da subdelegante, notificar os sujeitos passivos para pagamento nos prazos prefixados, sem prejuízo do disposto na alínea r);
 - i) Liquidar tarifas e preços nos termos legais e regulamentares atinentes e notificar os sujeitos passivos para pagamento nos prazos prefixados;
 - j) Exercer o poder de direção dos procedimentos que corram pela respetiva unidade orgânica, salvo disposição legal, regulamentar ou estatutária em contrário ou quando a isso obviarem as condições de serviço ou outras razões ponderosas, invocadas fundamentadamente no procedimento concreto ou em diretiva interna respeitante a certos procedimentos (artigo 55.º n.os 2 e 4 do CPA);
 - k) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, com respeito pelos interesses do serviço;
 - l) Justificar e injustificar faltas e conceder dispensas de serviço;
 - m) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário, noturno e em dias feriados, de descanso semanal e complementar, bem como a atribuição dos respetivos abonos e compensações dos trabalhadores do departamento, nos termos previstos na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;
 - n) Autorizar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade;
 - o) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos;
 - p) Autorizar a passagem de termos de identidade, idoneidade e justificação administrativa;
 - q) Conceder terrenos nos cemitérios municipais para jazigos e sepulturas perpétuas;
 - r) Dado que na concessão de terrenos em cemitérios a determinação das taxas é meramente aritmética e repetitiva, credenciar o subdelegado para proceder à respetiva liquidação, desde que não possa subsistir qualquer dúvida.

- s) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais.
 - t) Praticar outros atos e formalidades de carácter instrumental necessários ao exercício da competência decisória do delegante ou subdelegante.
 - u) Representar o município em juízo e fora dele, nas condições expressas na al. m) do n.º 2 do artigo 38.º da LALEIA.
2. Atento o disposto no artigo 46.º, n.º 2, do CPA, autorizo a subdelegada a subdelegar nas Chefias das Divisões do mesmo Departamento, na parte relativa à correspondente subunidade orgânica, as competências para:
- a) Visar faturas ou outros documentos que devam ser presentes para pagamento;
 - b) Autorizar a realização de despesas até ao limite de 5.000 (euros), a que acresce IVA à taxa legal;
 - c) Fazer requisições internas de bens e serviços para a execução de trabalhos precedentemente autorizados, para a execução de trabalhos de manutenção corrente do espaço físico e equipamentos afetos à unidade orgânica e ao funcionamento desta;
 - d) Assinar ou visar a correspondência destinada a pessoas não públicas e aos serviços das entidades públicas, tendo em atenção, quanto às últimas, que o destinatário não deve ter, na correspondente hierarquia, nível hierárquico superior;
 - e) Assinar documentos de mero expediente, entendendo-se designadamente como tal aqueles em que se prestem as informações a que alude o artigo 82.º do CPA;
 - f) Exarar os despachos a que se reporta o artigo 85.º, n.º 2, do CPA;
 - g) Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados e que careçam de despacho ou deliberação dos eleitos locais.
 - h) Exercer o poder de direção dos procedimentos que corram pela respetiva unidade orgânica, salvo disposição legal, regulamentar ou estatutária em contrário ou quando a isso obviarem as condições de serviço ou outras razões ponderosas, invocadas fundamentadamente no procedimento concreto ou em diretiva interna respeitante a certos procedimentos (artigo 55.º n.os 2 e 4 do CPA);

- i) Autorizar a restituição aos interessados de documentos juntos aos processos;
- j) Prover aos averbamentos que se tornem exigíveis por mera participação dos interessados, verificada a legitimidade destes;
- k) Promover a liquidação de taxas, nos termos das normas legais e regulamentares atinentes e, uma vez homologada aquela, notificar os sujeitos passivos para pagamento nos prazos prefixados, sem prejuízo do disposto na alínea r);
- l) Liquidar tarifas e preços nos termos das normas legais e regulamentares atinentes e notificar os sujeitos passivos para pagamento nos prazos prefixados;
- m) Autorizar termos de abertura e encerramento de livros sujeitos a essa formalidade;
- n) Justificar e injustificar faltas e conceder dispensas de serviço.
- o) Aprovar e alterar o mapa de férias e restantes decisões relativas a férias, com respeito pelos interesses do serviço;
- p) Autorizar a prestação de trabalho suplementar;
- q) Conceder terrenos nos cemitérios municipais para jazigos e sepulturas perpétuas;
- r) Dado que na concessão de terrenos em cemitérios a determinação das taxas é meramente aritmética e repetitiva, credenciar o subdelegado para proceder à respetiva liquidação, desde que não possa subsistir qualquer dúvida.

- 3. A Subdelegada, diretamente ou qualquer dirigente seu subdelegado, pode subdelegar a assinatura da correspondência ou do expediente necessário à mera instrução dos processos em qualquer trabalhador seu subordinado;¹
- 4. Nos atos praticados ao abrigo da subdelegação, deve ser mencionada a qualidade de subdelegada e o despacho que a conferiu.
- 5. A destinatária do presente despacho deve prestar informação sobre o exercício das competências nela subdelegadas e determinar nos despachos de subdelegação que venha a proferir a obrigatoriedade do subdelegado igualmente o fazer e bem ainda de exarar nos processos e outros documentos que submeta a decisão superior a menção do cumprimento das normas legais ou regulamentares aplicáveis.

¹ Artigo 16.º, n.º 2, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, alterada pelas Leis n.ºs 42/2016, de 28 de dezembro, e 82-B/2014, de 31 de dezembro (este diploma procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015 de 03 de setembro, que aprovou o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado e pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro).

6. Consideram-se ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido, entretanto praticados, pela **Sra. Eng.^a Sandra Marisa Nunes da Costa**
Registe-se, notifique-se e publicite-se.

Moita, 27 de junho de 2022

A Vice-Presidente da Câmara



Sara Daniela Rodrigues e Silva

